

A nova escrita jornalística como leitura do cotidiano

Wellington PEREIRA *

Resumo

O objetivo desta comunicação é discutir como a noção de escrita - utilizada por diversos campos de saberes - sofreu um empobrecimento no jornalismo brasileiro contemporâneo em função do predomínio de técnicas e teorias que insistem na aplicabilidade da linguagem jornalística como uma das formas seguras de interpretação do real. Nos jornais, com raríssimas exceções, os gêneros não conseguem ultrapassar os limites técnicos e efetivar escritas capazes de melhorar o método de interpretação dos fatos. Isso tem sido exercitado em disciplinas como a História, a Antropologia e a Sociologia.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero jornalístico. Noção de escrita. Cotidiano.

Abrège

L'objectif desta communication c'est discuter comme la notion de écrite - utilisée par divers champs de savoirs - souffrit une appauvrissement dans le journalisme brésilien contemporaine dans fonction du emprise de techniques et théories qui insistent dans l'applicabilité du langage journalistique comme une des formes d'interprétation du réel. Dans les journaux, les genres n'aboutent pas passer des limites techniques et exécuter écrites capables abonner le méthode d'interprétation des faits. Qu'a été exercé dans disciplines comme l'Histoire, l'Anthropologie et la Sociologie.

Mots-Clé: Journalisme, Histoire, Sociologie, journaux, quotidien.

Introdução

O jornalismo tem se comportando como o campo que detém o domínio técnico de expressar as falas cotidianas. Dessa forma, poderíamos pensar que o jornalismo se constitui na prosa do mundo. Sendo assim, estaríamos construindo uma falsa premissa, pois há um descompasso entre os gêneros jornalísticos, as técnicas de apreensão dos fatos e as teorias que procuram explicar ações e percursos do jornalismo na vida cotidiana.

No jornalismo impresso brasileiro, a legitimação de técnicas usadas para adequar as informações ao tempo e espaços industriais empobreceu as formas da narrativa jornalística. Por isso, é mais comum se falar em discurso jornalístico, truques e habilidades lingüísticas (ou languageiras) para anunciar fatos.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB.

Ao anunciar, o jornalismo reduz a sua capacidade narrativa - esta da ordem da enunciação - e trabalha com um discurso técnico-narrativo impregnado de restrições às linguagens. Dessa forma, a técnica jornalística, calcada no falso pragmatismo da língua, não consegue ultrapassar os limites impostos por modelos empresariais de vender informação codificada nos manuais de redação.

Na maioria das vezes, percebe-se que os enunciados no jornalismo impresso estão fora do contexto. Essa é uma das formas pela qual o senso comum entende que todo o texto publicado em jornais é a posteriori, ou seja, é o resultado de manipulações de formas - a priori - com o intuito de legitimar, num exercício de *sinédoque*, aspectos da realidade como sendo a realidade.

Esta é uma das crises do jornalismo: a perda da capacidade de narrar. Não saber narrar é admitir o mau uso da escrita.

A escrita deve ser concebida como uma forma de renovar, metodologicamente, a capacidade de interpretar as vozes ou a constituição dos moldes cognitivos de uma sociedade. Podemos tomar como auxílio a observação de Peter Burke:

(...) a narrativa não é mais inocente na historiografia do que na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes (...) Concordaria com Huizinga, em que a personificação é uma figura de retórica que os historiadores deveriam evitar. Ela obscurece as distinções entre os líderes e os seguidores, além de encorajar os leitores sem grande imaginação a suporem que o consenso dos grupos que estavam freqüentemente em conflito.¹

A percepção de Peter Burke é que o narrador deve oferecer aos seus leitores a noção de que, como se disse anteriormente, há uma interferência a priori na apreensão dos fenômenos sociais enquanto formas, mas evitar centralizar o foco narrativo na diátribe entre as lideranças socioeconômicas.

O discurso do jornalismo impresso tem reduzida a compreensão dos acontecimentos à veiculação das “personas” dos líderes políticos, religiosos, ou ativistas dos campos estéticos, mas sem a unidade do tempo, lugar e espaço, fragmentando a possibilidade de compreensão das conjunturas. E, a posteriori, tudo vira acontecimento - lato sensu - desde os eventos que duram poucas horas, até a explicação de problemas geopolíticos enfrentados por etnias (BURKE, 1992).

A preocupação com a taxionomia dos gêneros jornalísticos, o utilitarismo de seus conteúdos, até mesmo, a polêmica sobre as categorias às quais são submetidas a narrativa jornalística têm tornado a linguagem do jornalismo impresso estática.

Uma narrativa que não se move é paradoxal com relação ao movimento e ao ritmo das formas sociais. Por isso, é preciso buscar novas formas de narrar os fatos, ou seja: investir na escrita.

A escrita é o molde cognitivo do processo de narração, a capacidade de entender as “vozes opostas” e praticar a heteroglossia (Conceito de Bakhtin no qual ele descreve como as multiplicidades de vozes denotam a aleatoriedade da linguagem).²

Neste caso, podemos afirmar que o jornalismo impresso no Brasil avançou na discussão sobre gêneros, recursos lingüísticos, formas de análise do discurso informacional, mas perdeu a capacidade da escrita enquanto método interpretativo.

Em relação à Antropologia, o jornalismo, do ponto de vista da escrita, não evoluiu: se resumiu a interpretar os “acontecimentos” a partir das variações do *lead* ou da apuração dos fatos buscando realçar apenas o elemento mais insólito de uma sequência de fatos, ao contrário do que propõe Giddens com o conceito de “descrição densa”: a densidade da narrativa vai lidar com as histórias particulares, mas também com as instituições e os modelos cognitivos de uma determinada sociedade. (BURKE, 1992, p.339).

Mas nem tudo está perdido neste mar revolto de linguagens que é o jornalismo. Se uma das características da escrita é a legitimação da micro-narrativa, a narração de uma história sem a preocupação de hierarquizar fatos a partir de pressupostos de que os acontecimentos são extensões da soma de ações socioculturais que envolvem sujeitos de vozes diferentes.

Uma das formas de entender a autonomia do Jornalismo em relação a outros campos produtores de realidades languageiras, se dá, irreversivelmente, pela busca de uma escrita jornalística, ou seja: um conjunto de procedimentos estético-lingüísticos capaz de reduzir a distância entre as linguagens a partir da redução polissêmica de suas mensagens.

A crítica à construção da informação no jornalismo impresso está associada, grosso modo, a dois momentos: 1) crítica às técnicas jornalísticas, 2) crítica às mediações socioculturais empreendidas pelos jornais.

No primeiro ponto, se faz ainda forte o estudo do emprego das técnicas de construção dos enunciados jornalísticos, como a técnica de apresentação da notícia; no segundo, o olhar crítico percorre o “corpo impresso” buscando matizes ideológicos. Isso limita a percepção do jornal como um sujeito semiótico produtor de várias linguagens.

Uma escrita jornalística deve se aproximar da Etnografia, não apenas como processo de “anotar” as realidades, tampouco descrevê-las, o sentido jornalístico. Mas permitir aos leitores a compreensão dos fatos e suas “interpretações” no espaço público, pois como nos adverte Geertz: “A cultura é pública, porque o significado o é (...)”.³

Quando os teóricos advogam a morte do jornalismo, se referem, basicamente, ao *médium*, suporte físico, mas quase nunca lembram que, os jornalistas em geral, aceitaram e aceitam, passivamente, as “formas de descrição” do social de maneira naturalista ou funcionalista. Então, o *lead* e a pirâmide invertida são aceitos “universalmente” como modos de “operar realidades”.

Aos buscar uma escrita para o campo jornalístico, os teóricos pesquisadores ampliam os níveis de interpretação dos fatos, não se limitam apenas a descrevê-los, seguem os passos de antropólogos e historiadores na tentativa de “renovar” a construção retórica das relações entre o sujeito e a coisa - re-extensa - produzidas no mundo da vida.

O entendimento da necessidade de uma escrita jornalística nos provoca, enquanto jornalistas, estudantes e professores, a renovar os enunciados jornalísticos, sobretudo no Jornalismo Impresso, e as técnicas de coleta e “hierarquização” dos fatos.

A escrita jornalística com método deve aproximar possibilidades de extensões do conceito à palavra, da palavra ao conceito, da memória ao imaginário vice-versa. Isso quer dizer: a escrita jornalística não deve subjugar as realidades sociais à descrição de seus índices.

Ao mesmo tempo, se faz necessário que a escrita jornalística guarde autonomia em relação à Nova História e à Etnografia, assumindo o seu objetivo de informar. Portanto, se faz necessário repensar o processo de escritura do factual, deixando de assumir a complexidade subterrânea das aparências *ipso facto*.

Uma nova escrita do campo da informação, no sentindo jornalístico, não significa apenas a inversão de pirâmides ou o realce do fato mais importante no tópico frasal, tampouco a distribuição dos conectivos retóricos para atrair leitores. É imprescindível verificar os tempos da palavra, do conceito e do imaginário.

Para a construção de uma nova escrita jornalística, devemos levar em consideração três níveis simbólicos da linguagem (em se tratando de um contrato linguageiro): 1) o tempo da palavra; 2) as formas do conceito; 3) as dialogias do imaginário.

O tempo da palavra

Para além da classificação do texto como suporte da língua falada (ver Paul Ricoeur)⁴ a palavra no jornalismo impresso contemporâneo pode ser construída sem a pretensão de encerrar significados ou mesmo definir a temporalidade das falas dos sujeitos através de um tempo verbal homogêneo.

Difícilmente, um texto jornalístico é capaz de traduzir o “léxicon da vida cotidiana”. Por isso, a escrita jornalística deve organizar a palavra levando em consideração sua temporalidade.

O tempo das palavras no texto jornalístico contemporâneo não se traduz em tempo verbal: é um tempo capaz de operacionalizar novas formas do saber: de a geometria da escolástica até o pensamento retangular da modernidade (e aqui nos reservamos a desconfiar da forma do pensamento pós-moderno).

Na vida cotidiana contemporânea, há uma desconfiança sobre o emprego das palavras no campo jornalístico. Essa atitude provoca um exercício heurístico efetuado pelo senso comum com eficácia: ao ler o jornal impresso se subentende a existência de algo subentendido.

Em sua proposição de demonstrar o real como sendo a verdade da realidade, o jornalismo impresso é “classificado” como algo que disfarça não ser: publicidade.

Esta sensação de esvaziamento da palavra advém, no jornalismo contemporâneo, da necessidade de “nomear” (ver o Górgias – Platão) os objetos sem compreender a posição que estes ocupam entre os sujeitos e os espaços socioculturais.

A palavra usada como informação é denotativa. Não considera os deslocamentos semânticos provocados pela alteridade dos sujeitos.

Como método, a escrita jornalística deve pensar a palavra em três tempos: 1) tempo interno do texto (garantindo pela noção de verossimilhança) – no jornalismo isso também significa assinatura sócio-autoral, 2) o tempo externo – implicando no jornalismo contemporâneo uma redução lexical para atender, não mais ao leitor comum, ao Homem sem Qualidade (ver o romance de Musil com proposição para a tese sobre o desencanto do Mundo Moderno); 3) o tempo das sociedades. (Ver o conceito de eidética em Husserl; Husserl (1859-1938) ⁵, conjunto de conhecimentos filosóficos relativos à forma ou à essência de um objeto, que não se confunde com a sua dimensão estritamente empírica ou factual, estudada pelas ciências em geral).

A temporalidade interna e externa das palavras na escrita jornalística, sobretudo no gênero reportagem, deve procurar demonstrar como os grupos se associam e se definem através de um conjunto lexical, embora às vezes específico, mas sempre dialogando para romper as fronteiras dos significados.

Nesse sentido, a sociedade representa a busca da “qualificação” das ações através das palavras, cuja troca vocabular denuncia a posição ocupada por cada sujeito em sociedade.

O jornalismo deve entender que o tempo interno da palavra de um determinado grupo social deve interagir com o tempo externo das palavras de outros interlocutores. Assim, os verbos *diciendi* ou *declarandi* no texto reportagem são apenas a parte visível do discurso dos sujeitos entrevistados.

Outro desafio da Nova Escrita Jornalística (me perdoem os historiadores pela falta de originalidade) é a modificação no uso de conceitos.

O processo de conceituação no jornalismo impresso é intrínseco aos gêneros opinativos (artigo, editorial, resenha), mas extensivo ao processo de qualificação do fluxo informativo, ou seja: saber dizer algo sobre aqui lo que está se comentando em espaços públicos ou privados (nesse caso podemos contar com o auxílio de Habermas para verificar como a mídia privada invadiu a esfera pública).

Conceituar no jornalismo impresso cotidiano é sinônimo de opinar ou, mais precisamente, denunciar. Isso dois modelos conceituais exercitados nos jornais e revistas informativas: 1) mobilidade conceitual; 2) imobilidade conceitual.

A mobilidade conceitual respeita o trânsito livre das palavras, suportando diversas camadas lexicais traduzidas pelos falares dos povos, isto é: as diferenças discursivas são respeitadas numa melhor “angulação” do objeto.

Como imobilidade conceitual, temos a “colagem” de conceitos que geram estereótipos capazes de prejudicar a compreensão da ação dos indivíduos. Isso se dá através de uma variedade da metonímia – antonomásia – substituindo o sujeito pela “coisa”, geralmente, de forma redutora.

Com o processo de imobilidade conceitual, o jornalismo reduz a vida cotidiana dos cidadãos à caricatura de suas ações. O jornalismo usa a imobilidade conceitual técnica de controle da palavra e possível controle das antinomias sociais ou das razões antitéticas.

A escrita do jornalismo na vida cotidiana contemporânea deve se preocupar com o imaginário, pois é nele que se encontram as dialogicidades, capacidade de renovar conceitos, ligar palavras a outras a partir do repertório de cada grupo, da estocagem (no sentido fenomenológico) e do processamento de informação compartilhados no mundo da vida, longe dos cenários pré-estabelecidos.

Outro passo importante dessa escrita jornalística contemporânea é recuperar a sonoridade dos diálogos no texto impresso.

A sonoridade da escrita está ligada à prosódia e à fala dos sujeitos. Nesse sentido, o jornalismo se apropria, na maioria das vezes, da oralidade enquanto significado para transformá-la em significante referencial.

O texto no jornalismo informativo é *médiun* - suporte que transmite a fala dos sujeitos. Isso provoca, no jornalismo puramente referencial, a anulação do outro, a perda da consciência da alteridade, ou seja: os sons das linguagens são “harmonizados”

através do texto “nominativo”, cuja função é legitimar os sujeitos, a cena, os personagens e os objetos presentes no fato jornalístico.

Um texto construído com base no ritmo das linguagens coloca os objetos em movimento, os sujeitos em relação ao mundo e acima da escrita como técnica de apreensão e transformação do factual em mercadoria.

A falta de sonoridade movimento (ritmo) no jornalismo informativo, preso às regras de argumentação e exposição, nos limita ao entendimento factual das ações sociais.

Todo som requer movimentos que fazem parte da constituição do *Logos* - aqui entendido como motivo transformador de idéias e das relações entre os indivíduos - parte importante da constituição do imaginário político dos povos.

Conclusão

Os leitores do jornalismo impresso, os telespectadores dos telejornais, os ouvintes do radiojornalismo contemporâneos do século XXI exigem que a nova escrita jornalística tenha movimento, clareza, profundidade e relação direta com o “corpo-sócio-semiótico” dos indivíduos e a digressão enquanto categoria da pós-modernidade.

A nova escrita jornalística deve perder o caráter vertical da “moral conspícua” da sociedade de consumo, pois os consumidores não tomam mais a “descrição do mundo” efetuada pelo jornalismo como a forma adequada para mediação das relações em sociedades.

O caráter renovador da escrita jornalística na compreensão dos sistemas simbólicos está no reconhecimento das diferenças discursivas, na ampliação de circulação dos sujeitos no discurso jornalísticos - nos gêneros reportagem, entrevista e notícia -, transformando a escrita em método de observação dos fenômenos da vida cotidiana.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Annablume, 2002.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes, São Paulo: UNESP, 1992.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): LTC, 1989.

RICOEUR, Paul – **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés editora, 1999.